

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

**Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura
e Sociedade (CPDA)**



**Relatório com as principais notícias divulgadas pela mídia relacionadas com a
agricultura**

Área Temática: Negociações Internacionais

Período de Análise: 01/05/2015 a 31/05/2015

Mídias analisadas:

Jornal Valor Econômico
Jornal O Globo
Jornal Estado de São Paulo
Sítio eletrônico do MDS
Sítio eletrônico do MDA
Sítio Eletrônico do MMA
Sítio eletrônico do INCRA
Sítio eletrônico da CONAB
Sítio eletrônico do MAPA
Sítio eletrônico da Agência Carta Maior
Sítio Eletrônico da Fetraf
Sítio Eletrônico da MST
Sítio Eletrônico da Contag
Sítio Eletrônico da CNA
Sítio Eletrônico da CPT
Carta Capital

Estagiária: Yohanan Barros

Índice

África: o agronegócio é a nova versão do colonialismo – Site da Agência Carta Maior, Meio Ambiente. 02/05/2015	4
A 'nova rota da seda' e o Brasil. Marcos Sawaya Jank – Folha de São Paulo, Colunistas. 02/05/2015	7
Comércio encerra ciclo, e país deve focar investimento chinês. Patrícia Campos Mello – Folha de São Paulo, Mercado. 02/05/2015	8
Conab vai doar 3 mil t de feijão para a Guatemala – Site da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB). 06/05/2015	11
No Brasil, colheita de trigo tende a recorde. Fernanda Pressinott, Bettina Barros, Luiz Henrique Mendes, Fernando Lopes, Cristiano Zaia e Alessandra Saraiva – Valor Econômico, Agronegócios. 13/05/2015	11
Grupo argelino chega ao Brasil e quer investir US\$ 2 bilhões. Mariana Caetano – Valor Econômico, Agronegócios. 14/05/2015	13
Parceria estratégica com a China. Marcos Sawaya Jank – Folha de São Paulo, Colunistas. 16/05/2015	14
Premiê chinês chega ao Brasil com pendências a resolver. Eliane Oliveira – O Globo, Economia. 18/05/2015.....	15
Brasil bate recorde de participação no comércio global agropecuário. Fernando Lopes – Valor Econômico, Agronegócios. 18/05/2015	18
EUA estudam restringir mais pesticidas para conter sumiço de abelhas. Bettina Barros – Valor Econômico, Agronegócios. 19/05/2015.....	18
EUA exportam mais a países da América do Sul. Fernanda Pressinott – Valor Econômico, Agronegócios. 19/05/2015	19
Infraestrutura brasileira tem muito a ganhar com visita do premiê chinês. Marcos Troyjo – Folha de São Paulo, Colunistas. 19/05/2015	19
CEO da Monsanto defende fusão com Syngenta em discurso para analistas. Fernanda Pressinott – Valor Econômico, Agronegócios. 20/05/2015.....	21
Com entraves ambiental e de engenharia, obra de ferrovia é vista com ceticismo. Danielle Nogueira – O Globo, Economia. 21/05/2015	22
Ferrovia até o Peru é recebida com ceticismo por tradings. Bettina Barros – Valor Econômico, Agronegócios. 21/05/2015	22
CNA participou da decisão do Governo de suspender a autorização para importação de café do Peru – Site da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA). 21/05/2015	24
Acordos entre China e Brasil têm efeito prático em apenas 4 setores. Dimmi Amora e Flávia Foreque – Folha de São Paulo, Mercado. 21/05/2015.....	25
O Brasil e a China no século XXI: nova parceria ou nova dependência? O Estado de São Paulo, Geral. 22/05/2015	27

Ministra defende livre comércio entre Mercosul e União Europeia – Site do
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). 27/05/2015 28

África: o agronegócio é a nova versão do colonialismo – Site da Agência Carta Maior, Meio Ambiente. 02/05/2015

Os países do G-8 querem assumir a terra do continente africano, exportando suas tecnologias e ignorando qualquer conhecimento agroecológico

Os 53 países da África tem uma população de 1,111 bilhão de habitantes, sendo que 863 milhões moram na África Subsaariana – 34 países -, e 539 milhões continuam vivendo no campo. Mais de 90% são agricultores familiares, que as instituições internacionais insistem em qualificar de pequenos agricultores sem recursos. Além disso, 75% dos que trabalham e vivem da agricultura são mulheres, outro dado negligenciado pelas agências internacionais, como a USAID dos EUA, que está envolvida na maioria dos projetos de cooperação no continente africano. O próprio G-8 definiu há dois anos uma estratégia até 2022, para retirar 50 milhões de pessoas da situação de fome. Uma hipocrisia que de tempos em tempos os governantes ricos do planeta transformam em anúncios pomposos e planos detalhados. Este ano, por exemplo, era para ser a data em que a fome no mundo seria reduzida a metade. Isso foi anunciado no início do novo milênio.

Na verdade, o que os países do G-8 e suas agências, além é claro, das suas corporações, querem mesmo é assumir a terra do continente africano, que é habitada há milênios por comunidades de povos tradicionais e de indígenas. Parte dessa estratégia é traçar novas regulamentações nas próprias terras, iniciando o processo de regulamentação e da emissão de títulos individuais para os povos tradicionais, que obviamente, não tem documentos sobre suas terras. A USAID tem investido milhões de dólares em projetos neste sentido. Mas outra entidade chamada Millennium Challenge Corporation (MCC), criada pelo Congresso dos EUA em 2004 com o objetivo de promover o mercado livre em países pobres já investiu US\$260 milhões para regulamentar as terras africanas. A rede de ONGs GRAIN, do Canadá, especialista na questão fundiária denunciou que os países africanos já promoveram 243 mudanças em suas legislações fundiárias e outras 43 na alteração do mercado de sementes.

Agroecologia é totalmente boicotada

A outra ponta da estratégia dos países ricos é implantar o agronegócio nas terras das comunidades tradicionais, para fazer o que já fazem em outras regiões, inclusive no Brasil: plantar soja, milho e algodão, cana e em alguns casos, como na África, culturas como caju, amendoim e tabaco. O pacote envolve sementes certificadas e patenteadas, fertilizantes químicos e agrotóxicos, o trio universal que tomou conta do planeta. A organização WWI (World Watch Institute), de Washington, criada pelo agrônomo Lester Brown, fez um trabalho de pesquisa de campo em 25 países africanos nos anos de 2009-2010, para o relatório lançado em 2011 – “Estado do Mundo: Inovações que nutrem”.

Os pesquisadores do WWI relataram dezenas de experiências em agroecologia na África – onde quase um milhão de agricultores trabalham com agroecologia e produção orgânica- em regiões difíceis como o Níger, a Etiópia, Mali e Malawi, que não são difundidas. Aliás, as agências internacionais não fazem a menor questão de divulgar este tipo de trabalho. Muito menos as fundações Gates, Soros, Rockefeller que definiram que a estratégia é implantar as sementes transgênicas no território africano,

gastando mais de 200 milhões de dólares, se contabilizarmos os projetos de apenas duas delas – Gates e Rockefeller.

Milhões serão exilados pela mudança climática

Isso inclui criar semente transgênica de batata doce e de mandioca, duas culturas básicas na dieta dos africanos do campo. É preciso acrescentar nestas estatísticas futuras, que nos próximos cinco anos, entre 75 e 250 milhões de pessoas se tornarão exilados, em consequência das mudanças climáticas na África. As secas atingem as colheitas em dois de um período de três anos. A cada década uma seca grave. Então o problema básico dos povos tradicionais da África é a falta de umidade no solo, a falta de armazenamento da água da chuva e a inexistência de fertilidade do solo, ou seja, matéria orgânica, que em algumas regiões desapareceu. Não há pacote agroquímico no mundo capaz de resolver o problema.

Uma das fantasias criada pela Monsanto no Quênia é a promoção de uma semente transgênica lançada nos EUA em 2013, que é “resistente à seca”, e na verdade é tolerante a uma seca moderada. Coisa que qualquer semente crioula adaptada ao seu local de origem exerce em seu ciclo produtivo. Este é outro ponto que a estratégia dos países ricos pretende implantar na África. Em todos os países estão sendo introduzidas mudanças para regulamentar o mercado de sementes. Num continente onde mais de 90% da produção agrícola é familiar e tradicional, ou seja, faz parte dos costumes a troca e a partilha do conhecimento, portanto, das sementes crioulas, os agentes das corporações querem segurança para as patentes de suas marcas transgênicas.

Prosavana denunciado pelos camponeses de Moçambique

É lamentável que entre esses programas da USAID, das fundações filantrópicas norte-americanas estão iniciativas do governo Brasileiro, em projetos de cooperação técnica com vários países, especialmente Moçambique. A Embrapa desenvolve um programa de inovação agrícola em parceria com USAID em Moçambique. Existem dois projetos envolvendo a implantação do Programa de Aquisição de Alimentos e do Mais Alimentos. Até recentemente os programas filantrópicos dos EUA e da União Europeia compravam grãos dos seus agricultores para levar como ajuda humanitária à África, através do Programa Mundial de Alimentos. Agora mudaram a estratégia em parte, comprando de agricultores africanos.

Entretanto, o Prosavana é o mais conhecido dos programas a ser realizado no Corredor de Nacala, onde o ponto final é o porto, e onde uma ferrovia atravessa o norte do país. O discurso é o mesmo: ajudar a agricultura dos 4,5 milhões de pequenos produtores, melhorar a eficiência, combater a fome, mas depois de tudo isso, organizá-los em cooperativas para que se enquadrem no agronegócio e mergulhem no mercado de commodities mundial. Trabalhar para regulamentar a terra e nos projetos de reassentamentos. A Vale que explora carvão em Moatize tem uma área de 23 mil hectares e reassentou mais de mil famílias. A União Nacional dos Camponeses de Moçambique tem denunciado o Prosavana justamente por não contemplar as comunidades locais, de usurparem das suas terras e de implantar um programa sem consulta pública. Sem contar que a Fundação Getúlio Vargas estava fazendo a

estruturação do Fundo Nacala, com sede em Luxemburgo e que pretendia captar dois bilhões de dólares de investidores e que receberiam seus lucros em 10 anos. Não vingou.

Algumas empresas portuguesas, da Suécia, da Finlândia, dos EUA, do Brasil já estão implantando projetos no Corredor de Nacala. Em Niassa, uma das províncias da região, o governo de Moçambique pretende incentivar o plantio de três milhões de hectares de eucalipto. Por ironia trágica, as empresas Hoyo Hoyo e Grupo Américo Amorin, além da Portucel, de Portugal, atuavam em Moçambique durante a colonização. Do Brasil o grupo Agromoz, dos Estados Unidos a Africa Century Agriculture Rei do Agro. É muito educativa a declaração da CEO do African Agricultural Land Fund, Susan Payne:

“- As terras e a mão de obra são tão baratas na África que vale a pena correr os riscos para investir”.

Programa para transformar em revendedor de agroquímicos

Na maioria dos países o governo concede licenças – no caso de Moçambique de 50 anos – para exploração por preços irrisórios, afinal, as empresas, fundos, corporações querem ajudar a combater a fome, melhorar a renda dos pequenos agricultores de poucos recursos e que necessitam da modernização da agricultura, das suas sementes transgênicas, dos seus fertilizantes químicos e de seus venenos. Um dos programas da USAID, patrocinado pelas corporações químicas é o PROFIT. Trata-se de um caso realmente engenhosos: formar agentes locais para revenda de produtos e também divulgadores das tecnologias do agronegócio. Eles treinaram milhares de agricultores na Zâmbia, que na zona rural de Mkushi, transformaram a paisagem num campo igual aos de Iowa, maior produtor de milho transgênico dos EUA. Em meio às choupanas de palha, como o relato de Andrew Rice no relatório do WWI.

Enquanto isso, no Níger, país com 14 milhões de habitantes que enfrenta fome crônica e uma seca que devastou as criações de animais, situado na região do Sahel, os povos tradicionais fizeram uma recuperação da mata nativa, de espécies lenhosas, que em muitos casos são leguminosas, que naturalmente fixam nitrogênio na terra e conseguiram mudar o panorama numa área de cinco milhões de hectares. Isso ocorre nas regiões de Maradi e Zinder. Mesmo tipo de iniciativa o povo Dogon, no Mali, realizou. Fazendo cobertura vegetal, implantando sistemas agroflorestais e cultivando plantas nativas como painço e a espécie crioula do feijão-fradinho, além de rotação com noz de bambara, fanio e amendoim.

Sobrevivem com dignidade há milênios

Na Etiópia os povos das aldeias Wukro e Wenchi produzem mel de excelente qualidade – o país produz mais de 24 mil toneladas por ano, é o maior produtor da África -, que entrou no circuito internacional através de uma iniciativa do Slow Food International, que também já implantou mais de mil hortas comunitárias com espécies crioulas. As mulheres Massai, do distrito de Kajiado, no Quênia, construíram cisternas de ferrocimento para armazenar água, um projeto do Programa de Meio Ambiente da ONU. Em cada cisterna plantam 100 árvores.

Nos planaltos da Etiópia um grupo de agricultores descobriu e formulou um novo tipo de fertilizante usando uma planta nativa. Na mesma região onde até hoje produzem café selvagem, o mesmo que deu origem as plantações do Brasil, Colômbia e outros países.

Esta é uma realidade que não tem apoio dos governos locais todos interessados nas verbas das agências internacionais e das corporações, incluindo a elite local, que como sempre faz o seu papel de introdutor do pacote neoliberal agrotóxico. Também não tem divulgação a não ser nos veículos alternativos ou de entidades. O pacote inclui a informação manipulada de uma realidade que só pode mudar se os povos tradicionais abrirem mão das suas terras, da sua história, enfim, da vida que levam a milhares de anos. E que agora os países do G-8, as fundações Rockefeller, Gates, Soros, Buffet, e as corporações Monsanto, Syngenta, Dupont e Bayer querem transformar, liquidando com a única coisa que eles mantiveram depois da escravidão, da colonização – a dignidade de viver de acordo com seus costumes e tradições, mesmo passando fome em muitos momentos.

A 'nova rota da seda' e o Brasil. Marcos Sawaya Jank – Folha de São Paulo, Colunistas. 02/05/2015

Mais de dois milênios após o seu surgimento, a grande novidade da China é o projeto da "nova rota da seda". Chamada de "One Belt, One Road" (um cinturão, uma estrada), a iniciativa foi apresentada em março pelo líder Xi Jinping no Fórum Econômico de Boao.

A China pretende redesenhar a ordem econômica e política da região criando um corredor de investimentos em infraestrutura que vai interligar as grandes cidades ao longo das antigas rotas de especiarias.

Pelo lado terrestre, a rota irá da China para a Ásia Central, a Rússia e o sul da Europa.

Pelo lado marítimo, ela ligará o Sudeste Asiático, o oceano Índico, o leste da África e o golfo Pérsico, até o canal de Suez.

Duas grandes iniciativas que somam quase US\$ 100 bilhões foram lançadas: o AIIB (Banco de Investimentos e Infraestrutura da Ásia), que já atraiu 47 países interessados, apesar da forte oposição dos EUA, e o Fundo da Rota da Seda.

A rota tradicional da seda nunca chegou às Américas, mas as grandes navegações, sim. Foi em busca de novos caminhos para o Oriente que espanhóis e portugueses desembarcaram no hemisfério Ocidental. Hoje o principal excedente de especiarias do século 21 –minerais e produtos agropecuários– está bem mais a oeste da rota da seda, e a Ásia como um todo precisa dele.

As importações chinesas de produtos agropecuários e alimentos mais do que duplicaram nos últimos cinco anos, ao passar de US\$ 47 bilhões para US\$ 108 bilhões por ano. Quem lidera a exportação para a China são os EUA (US\$ 30 bilhões) e o Brasil (US\$ 22 bilhões), seguidos de Canadá, Argentina, Austrália e Nova Zelândia. A China tornou-se o primeiro mercado destino dos EUA e do Brasil, atingindo um quinto de suas exportações.

O grande problema é que a China ainda pratica uma política comercial altamente seletiva e cirúrgica, pautada pela busca da autossuficiência. Quase 70% das importações chinesas no agronegócio concentram-se em um pequeno grupo de matérias-primas básicas –grãos e fibras–, para as quais a China abre exceção e facilita a entrada de produtos com tarifas baixas. Estamos falando basicamente de soja e milho para produzir rações para animais e algodão para a indústria têxtil.

As oportunidades inexploradas entre Brasil e China são imensas, não apenas no campo do comércio mas também em investimentos, construção de parcerias estratégicas e projetos de cooperação e treinamento. Apenas no agronegócio, o vasto espaço de cooperação cobre infraestrutura e logística, biotecnologia, qualidade e sanidade dos alimentos, joint ventures e construção de cadeias produtivas integradas entre os dois países.

Menos de um ano após a visita do líder Xi Jinping, em julho passado, o Brasil recebe de 18 a 20 deste mês o primeiro-ministro da China, Li Keqiang. É hora de aproveitar o bom momento das relações bilaterais para avançar concretamente na exploração das grandes oportunidades que a China e a nova rota econômica da seda podem oferecer para o Atlântico Sul.

Sete séculos depois, é hora de reconstruir o caminho das especiarias de Marco Polo com inteligência e sofisticação, desta vez indo do Ocidente para o Oriente.

Comércio encerra ciclo, e país deve focar investimento chinês. Patrícia Campos Mello – Folha de São Paulo, Mercado. 02/05/2015

O comércio Brasil-China não vai recuperar o dinamismo que teve nos anos de boom das commodities e de recordes de crescimento do PIB chinês. Por isso, os brasileiros precisam se focar agora na atração de investimentos chineses - principalmente na área de infraestrutura, não se restringindo à exploração de recursos naturais.

Essa é a opinião de Clodoaldo Hugueney, ex-embaixador do Brasil na China (2008-2013), que acaba de assumir a presidência do Conselho Empresarial Brasil-China. Para ele, haverá vários anúncios de investimentos durante a visita ao Brasil de Li Keqiang, primeiro-ministro chinês, em maio.

Hugueney não está pessimista. Ele acredita que, com a crescente ênfase no consumo em vez de investimentos na China, pode cair um pouco a demanda por commodities como minério de ferro, mas aumentar a procura por alimentos, principalmente proteína animal. Abaixo, trechos da entrevista:

*

Segundo previsões do FMI, a China vai crescer 6,8% este ano e 6,3% no ano que vem, muito abaixo de 2013 (7,8%) e 2006 (12,6%). Qual é o impacto disso no Brasil?

Hoje todo mundo acompanha a taxa de crescimento chinesa e as reformas da economia. A taxa de crescimento tem impacto na economia mundial, no crescimento de importações e investimentos. E as reformas determinam o que vai ser a China daqui para frente. O Antonio Barros de Castro (economista e consultor do BNDES que

morreu em 2011) sempre dizia o seguinte: quando você olha para a China, você está vendo o passado, porque a velocidade da mudança é de tal ordem que você sempre precisa estar olhando para onde a China está indo. Ou seja, tão importante quanto o crescimento do PIB são as reformas que estão ocorrendo na China...

Se as reformas se concretizarem e houver uma mudança significativa no modelo chinês, reduzindo o fator investimento e voltando-se para o consumo, como isso vai nos afetar?

O processo de urbanização da China está avançando e é prioridade do governo transferir 300 milhões de pessoas do campo para a cidade, além de urbanizar o interior. Isso vai fazer com que as pessoas consumam mais produto industrializado de agricultura, carne industrializada, sucos de frutas, o que abre uma grande perspectiva para o agronegócio brasileiro.

E não só para exportação, mas também para investimentos em supermercados, restaurantes. Quando eu era embaixador, tudo quanto era chinês queria comer churrasco brasileiro, e nunca nenhuma grande cadeia de churrascaria brasileira se interessou. Quem for vai ganhar muito dinheiro.

Quando eu era garoto na escola, o professor de geografia sempre dizia: "O dia em que o chinês tomar uma xícara de café por dia, vai ser a solução do Brasil". Hoje o consumo de café na China cresce 20% ao ano. Quem está se beneficiando disso? Starbucks, Illy, Lavazza. Não tem nenhum grupo brasileiro. Acho que temos um espaço enorme. E a área de serviços, dentro desse processo de reformas, vai crescer de forma significativa. O setor de serviços é muito pouco desenvolvido na China. O Brasil é competitivo em automação bancária, software especializado.

As exportações brasileiras para a China caíram 35% no primeiro trimestre, em grande parte puxadas pela queda em minério de ferro e soja. Nossas vendas de minério de ferro para a China vão continuar sofrendo muito, agora que a China desacelerou e não quer mais se concentrar em grandes projetos de infraestrutura?

Eu não diria isso. Eu acho que você não vai crescer às taxas que crescia, primeiro porque a economia chinesa não vai voltar a crescer a dois dígitos. E segundo porque a economia chinesa vai ter que promover enxugamento do setor siderúrgico chinês, com corte de produção.

Mas ao mesmo tempo, se você olhar o que está acontecendo na área de minério de ferro, há uma perspectiva de consolidação da produção. Já vi análises que fazem uma analogia com o que os sauditas estão fazendo na área do petróleo. Eles estão segurando o preço lá embaixo para liquidar os produtores menores. A Vale é um gigante com muita reserva de ferro e logística muito eficiente, que vai sair ganhando em uma consolidação do setor. Eu acho que você vai liquidar uma parte de produção de minério de ferro na China que não é eficiente e tem problemas ambientais.

Quais áreas o senhor vê como muito promissoras para o Brasil na China?

Nos últimos anos, a relação Brasil China foi sustentada pelo comércio. Em alguns anos, sobretudo após a crise de 2008 quando a China se transformou no maior parceiro comercial do Brasil, o comércio cresceu 40%, com um superavit brasileiro gigantesco. Minha sensação é de que esse ciclo terminou, porque o superciclo das commodities foi

excepcional e a economia chinesa não vai mais crescer às taxas que crescia. Com a economia brasileira em período de ajuste, também não teremos demanda por importações chinesas ao nível que tínhamos.

O comércio vai seguir sendo extraordinariamente importante, porque atingiu um valor muito significativo, mas a meu ver não terá o dinamismo que teve no período anterior. O que pomos no lugar disso? Investimentos. Os chineses vão acelerar o processo de investimentos no exterior, com incentivo do governo chinês para empresas comprarem outras no exterior ou iniciarem negócios. O Brasil se beneficiou disso, entraram várias empresas chinesas aqui. Agora esse processo vai ganhar uma dimensão maior. Não só investimentos nas áreas de recursos naturais, que é onde a China tem uma necessidade importante. Na infraestrutura, por exemplo, nós temos um deficit brutal. Esse deficit passou a ser um inibidor importante principalmente para exportação do agronegócio.

Existe um certo ceticismo quando se fala em investimento chinês, grandes anúncios trazem à lembrança o caso da Foxconn, taiwanesa mas de atuação chinesa, que teria prometido investir US\$ 12 bilhões e ficou muito aquém disso...

Não vou nem entrar na história da Foxconn porque sempre achei que aquilo ali...sei lá... Mas uma parte é algo que o Levy (Joaquim Levy, ministro da Fazenda) falou em Washington e que as pessoas estão dizendo há uns 15 anos: o Brasil tem que modernizar o ambiente de negócios. Vai ficando cada vez mais difícil você atrair investimentos se todas as estatísticas dizem que para abrir uma empresa aqui é uma burocracia inacreditável, que temos um sistema fiscal que ninguém consegue entender. Temos de fazer um esforço interno de modernização, simplificação. Eu me lembro até hoje de quando a Intel queria se instalar no Brasil e acabou na Costa Rica.

Por que hoje em dia só há 80 empresas brasileiras instaladas na China?

Porque não é fácil. Na China você está competindo com o mundo inteiro. Quando eu cheguei em Pequim no final de 2008, o estoque de investimentos chineses no Brasil era semelhante ao estoque de investimentos brasileiros na China, em torno de US\$ 300, 400 milhões.

Hoje, nosso estoque na China continua em US\$ 300 milhões, enquanto os chineses têm um estoque de investimentos de US\$ 25 bilhões aqui no Brasil. Mas quem investiu na China teve sucesso. A Weg é um exemplo de uma empresa que está fazendo aposta no mercado chinês. É um investimento recente e não para de se expandir na China.

Por que o Brasil não conseguiu diversificar a pauta de exportações para a China, que continuam muito concentradas em commodities?

Isso não é uma coisa trivial, você tem que transformar a China em prioridade do ponto de vista empresarial, como fizeram Alemanha, EUA, França, Coreia. Aqui no Brasil a China só é prioridade do ponto de vista defensivo, não ofensivo. Eu passei quase cinco anos lá e recebi pouquíssimas missões da área industrial e de serviços. As pessoas consideravam a China muito complicada, porque lá só falam chinês, tem governo autoritário. Diziam que os chineses eram tão competitivos que não teriam condições de enfrentá-los.

Ainda há barreiras importantes na China para produtos brasileiros, como as enfrentadas pela carne bovina...

Na realidade, não é que deixamos de exportar carne para a China, vendemos para Hong Kong. Esse setor é protegido, mas acho que isso vai ser resolvido definitivamente agora na visita (do primeiro-ministro). Para os importadores chineses interessa manter a compra via Hong Kong, porque o imposto é muito menor. E há também o protecionismo dos produtores locais. Quando você come mais carne de boi, come menos carne de porco. E existem centenas de milhões de chineses que vivem de criar porco. Mas o governo chinês estava perdendo arrecadação e agora começou a fechar o cerco.

O Brasil entrou no AIIB, o banco de infraestrutura asiático criado pela China. Qual é a vantagem?

Muito grande. A decisão foi correta e acompanhou a esmagadora maioria dos países europeus e asiáticos. Do ponto de vista político, nos ajuda a manter boa relação com os chineses. Mas o mais importante é que isso abre um mercado gigantesco para as empresas brasileiras de consultoria, engenharia e construção. Vamos ter vantagens nas concorrências.

E onde se encaixa o banco dos Brics, que nem saiu do papel?

Acho que são iniciativas complementares, o deficit de financiamento em infraestrutura é gigantesco.

Conab vai doar 3 mil t de feijão para a Guatemala – Site da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB). 06/05/2015

A Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) irá doar, na próxima semana, 3 mil toneladas de feijão comum cores, tipo 2, para a Guatemala. O motivo é o atendimento a populações em situação de insegurança alimentar no país. Para isso a Companhia irá realizar, na segunda-feira (18), às 9:00, um leilão de contratação de frete.

Esta operação ocorre no âmbito do Programa Mundial de Alimentos (PMA). O produto é oriundo de estoques públicos da Conab em Santa Catarina (SC) e seguirá ensacado. Ele está vinculado à Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM).

O início dos embarques no local de origem deverá ocorrer, impreterivelmente, no dia 25 deste mês. O prazo final para descarregamento no armazém portuário, de todo o quantitativo indicado no Aviso Nº 056/2015, será até o dia 5 de junho. Esta operação é amparada pelas Leis 12.429/2011 e 13.001/2014, que autorizam o poder executivo realizar o envio de produtos de estoques públicos de alimentos para assistência humanitária internacional.

No Brasil, colheita de trigo tende a recorde. Fernanda Pressinott, Bettina Barros, Luiz Henrique Mendes, Fernando Lopes, Cristiano Zaia e Alessandra Saraiva – Valor Econômico, Agronegócios. 13/05/2015

Bastante prejudicada no ano passado por adversidades climáticas e fitossanitárias no

Rio Grande do Sul, a colheita brasileira de trigo deverá se recuperar e bater um novo recorde histórico em 2015, de acordo com a primeira estimativa da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) para a produção do cereal na nova temporada.

Segundo a Conab, o volume total deverá alcançar 7,045 milhões de toneladas, 18% mais do que o resultado final de 2014 (5,971 milhões). Se confirmada a projeção, será a primeira vez que a colheita superará a marca de 7 milhões de toneladas. Mas será preciso esperar para ver, uma vez que ainda é cedo para cravar que o clima será mais camarada.

No último mês de agosto, por exemplo, a Conab previu que a produção brasileira de trigo alcançaria 7,5 milhões de toneladas no ano passado, 36% mais que em 2013. Na ocasião, a autarquia reduziu sua projeção para as importações brasileiras do cereal para 5,5 milhões de toneladas, e pela primeira vez desde 2010 a produção doméstica seria superior às compras no exterior.

Mas as chuvas castigaram a colheita gaúcha e frustraram as expectativas positivas, amplamente comemoradas pelo governo brasileiro em tempos de restrições às exportações na Argentina, tradicional fornecedor do país. Segundo a Conab, o Brasil é um dos maiores importadores de trigo do mundo, com um volume que, ao fim e ao cabo, chegou a 6,65 milhões de toneladas em 2014.

Mas, se tudo der certo, o cenário inicialmente previsto para o ano passado ganhará contornos concretos em 2015, mesmo a partir de uma área plantada 5,3% menor, estimada pela Conab em 2,612 milhões de hectares no país. Desestimulados, os tricultores gaúchos deverão reduzir a semeadura em 10%, para 1,026 milhão de hectares, mas mesmo assim sua produção tende a aumentar 78% e atingir quase 2,7 milhões de toneladas.

Maior Estado produtor de trigo do país, o Paraná também deverá ver sua área plantada diminuir - 2,3%, para 1,357 milhão de hectares, conforme a Conab. O plantio começa neste mês. Mas, como não enfrentou os mesmos problemas do Rio Grande do Sul em 2014, o Paraná deverá produzir 3% menos (3,679 milhões de toneladas).

Sob influência direta das primeiras projeções para o novo ciclo do trigo, a Conab elevou para 202,226 milhões sua projeção para a produção brasileira de grãos nesta safra 2014/15, 4,4% mais que em 2013/14 e também um recorde, garantido por uma área plantada 0,3% superior (57,211 milhões de hectares) e por uma produtividade média 4,2% maior (3.535 quilos/hectare). De acordo com dados do IBGE, serão, no total, 201 milhões de toneladas, com um crescimento de 4,2%.

Para os demais grãos, os levantamentos de Conab e IBGE não trouxeram novidades significativas. Conforme a Conab, a colheita brasileira de soja, carro-chefe do agronegócio nacional, chegará ao recorde de 95,07 milhões de toneladas, um incremento de 10,4% em relação ao ciclo 2013/14. No caso do milho, a autarquia estima uma produção total de 78,595 milhões de toneladas, em queda de 1,8%.

A colheita de milho volta a ser puxada pela segunda safra, cuja produção passou a ser calculada em 47,892 milhões de toneladas, 1% menos que em 2013/14. Na temporada de verão houve baixa de 3%, para 30,703 milhões.

Grupo argelino chega ao Brasil e quer investir US\$ 2 bilhões. Mariana Caetano – Valor Econômico, Agronegócios. 14/05/2015

O grupo argelino Cevital prepara um desembarque retumbante no Brasil. Tradicional importadora de commodities agrícolas do país, a empresa está estruturando um plano de negócios que prevê investimentos iniciais de mais de US\$ 2 bilhões no processamento de grãos e na logística para o escoamento pelo Norte brasileiro. A companhia já começou a adquirir terrenos e a expectativa é dar a partida nas operações em 2020.

"O ponto central desse movimento da Cevital é o reforço da segurança alimentar. E não apenas da Argélia, mas também de países africanos vizinhos", disse ao ValorPaulo Hegg, representante do grupo no Brasil. Engenheiro de formação, Hegg é da família fundadora da Laticínios Tirolez e cuida dos negócios de exportação da empresa de queijos. Há cinco anos, passou a se dedicar também à produção de grãos e fibras no Sudão, leste da África, onde conheceu a Cevital.

A família Rebrab, proprietária da Cevital, estudava a compra de usinas de açúcar no Sudão quando foi apresentada a Hegg, em 2013. "O Ministério da Agricultura do Sudão, que é nosso sócio lá, sugeriu a eles que conhecessem o nosso projeto", disse o brasileiro. As conversas revelaram que a empresa já comprava do Brasil US\$ 1,5 bilhão por ano em soja, milho e açúcar - montante que corresponde a 75% do comércio Brasil-Argélia, que é de US\$ 2 bilhões, conforme Hegg. "Mas essas negociações vinham sendo feitas por meio de tradings e achamos que a empresa tinha que começar a fazer originação, conhecer melhor o Brasil".

Criada nos anos 1970 - e hoje a maior empresa privada argelina, com cerca de 15 mil funcionários -, a Cevital originalmente se dedicava à metalurgia e à indústria de vidros. A entrada no agronegócio ocorreu apenas no fim da década de 1990, mas o setor já responde por cerca de 50% do faturamento total da empresa, que deve alcançar US\$ 8 bilhões em 2015. Na Argélia, a Cevital está voltada principalmente à produção de hortaliças e frutas, mas em pequenas áreas, devido às limitações geográficas.

A mudança na Lei dos Portos no Brasil, ainda em 2013, que facilitou a instalação de novos terminais privados, foi a deixa para que a Cevital decidisse se posicionar mais firmemente no país. "Como já tem o know-how do porto próprio [em Bejaia, na Argélia], a companhia ficou interessada", afirmou Hegg. A Cevital constituiu então um grupo técnico e o brasileiro passou a ajudá-la com a seleção de lugares a serem visitados, estudo de terrenos e conversas com autoridades, preparando a implantação de uma estrutura que ainda está em formação.

As atenções do grupo se voltaram ao transporte fluvial e, naturalmente, à saída pelo Norte do país, que tem sido alvo das maiores apostas para destravar o escoamento da produção nacional de grãos do Centro-Oeste, ainda concentrado no eixo Sul-Sudeste.

A companhia argelina já adquiriu dois terrenos para os terminais fluviais, um em Miritituba e outro em Santarém, por meio dos quais pretende movimentar de 3 milhões a 4 milhões de toneladas por ano. Em Miritituba, estão previstos US\$ 150 milhões em um terminal para transbordo, de caminhões para barcaças. Em Santarém, será absorvido um montante maior: US\$ 1,5 bilhão em uma agroindústria e um terminal fluvial-

marítimo, para transporte transoceânico. Conforme Hegg, esses aportes serão viabilizados com o apoio do Banco Africano de Desenvolvimento, do IFC (braço do Banco Mundial para investimento no setor privado) e do BNDES.

"Como a empresa tem companhia marítima, vamos otimizar essa logística, trazendo insumos a Santarém ou Miratubá, e levando soja e milho", disse Hegg. A expectativa, acrescentou ele, é que o custo do transporte de uma tonelada de milho por esta via seja reduzido em pelo menos US\$ 50, em relação aos atuais US\$ 120 no caminho para Santos (SP) ou Paranaguá (PR).

Para ajudar no fluxo de movimentação das commodities, a Cevital tem investido também em estocagem em Mato Grosso, maior produtor nacional de grãos. A empresa injetou entre US\$ 8 milhões e US\$ 10 milhões na compra de um armazém no município de Vera, norte do Estado, e adquiriu outra "meia dúzia" de terrenos que terão a mesma finalidade. No momento, a Cevital está na fase de constituição de subsidiárias para solicitar as licenças ambientais a cada um dos armazéns. "Não queremos fazer absolutamente nada que não esteja 100% de acordo com as condições de meio ambiente que as autoridades definem", disse.

A Cevital também se prepara para construir um complexo agroindustrial de US\$ 500 milhões em Vera. "O diferencial é que a Cevital é um grupo agroindustrial, não uma trading. Eles compram para uso próprio", destacou Hegg. O projeto envolverá uma esmagadora (inicialmente de milho), além de fábrica de etanol, ração animal e eventualmente uma misturadora de fertilizantes, juntamente com uma plataforma logística. A previsão é que a indústria comece com uma capacidade de processamento de um milhão de toneladas por ano.

O plano da empresa é que toda essa estrutura industrial e logística planejada para o Brasil esteja em operação em 2020. A Cevital estuda outras áreas em Mato Grosso e no Pará, e não descarta investir diretamente na produção agrícola - o que, nesse caso, iria requerer um sócio brasileiro, já que a legislação restringe a compra de terras por estrangeiros. "Podemos até fazer uma parceria com eles nesse sentido", adiantou Hegg.

Parceria estratégica com a China. Marcos Sawaya Jank – Folha de São Paulo, Colunistas. 16/05/2015

A China já é o primeiro parceiro comercial do Brasil, com um comércio total que supera US\$ 78 bilhões, ligeiramente superavitário em nosso favor (US\$ 3,3 bilhões). O país asiático já responde por quase um quinto das exportações brasileiras.

Do lado brasileiro, o fantástico crescimento de 27% ao ano nas nossas exportações desde 2000 baseou-se essencialmente em duas commodities –soja e minério de ferro–, que representam, juntas, 72% da pauta.

Ocorre que o setor mineral foi afetado negativamente pelo menor crescimento da China e pela mudança no modelo de desenvolvimento, antes pautado por grandes investimentos em infraestrutura.

Já o setor de produtos agropecuários tem sido beneficiado pela nova política de estímulo ao consumo interno e bem-estar das famílias.

O problema é que, com exceção da soja e do algodão, produtos em que a China assumiu a necessidade de importar, nos demais segmentos do agronegócio o país adota uma política de estímulo à autossuficiência que se traduz em elevadas barreiras ao comércio.

No caso das carnes, por exemplo, o sistema de habilitação de plantas industriais para exportar para a China é lento e opaco.

O sucesso do modelo pautado pelo comércio de commodities é evidente, mas tem limites claros à frente. São poucos produtos de baixo valor adicionado, alta volatilidade, margens apertadas e transporte ineficiente.

Certamente há formas mais inteligentes para organizar as cadeias produtivas entre a oferta de Mato Grosso e a demanda na China, seja nos aspectos relacionados a custos e valor adicionado, seja para diversificar suprimentos e reduzir riscos (climáticos e sanitários, por exemplo), seja para obter um melhor balanço de água, energia e carbono.

O primeiro-ministro da China, Li Keqiang, chega ao Brasil na segunda-feira (18) para reuniões da maior importância, menos de um ano após a visita do líder Xi Jinping.

Além dos assuntos usuais de comércio, no agronegócio temos neste momento a oportunidade de posicionar as relações bilaterais em um novo patamar, realmente estratégico.

De um lado, a China fatalmente terá de diversificar a origem de seus alimentos e busca freneticamente alternativas para aumentar a produtividade e melhorar a qualidade dos produtos que chegam ao consumidor. No fim de abril, foi aprovada uma nova e rígida Lei de Segurança do Alimento.

Do outro, o Brasil precisa desesperadamente de investimentos em infraestrutura e pode agregar disponibilidade, diversidade, qualidade e segurança aos alimentos que chegam ao consumidor chinês.

O pano de fundo são a nova rota de seda (repaginada na iniciativa denominada "One Belt, One Road"), o novo Banco de Investimento e Infraestrutura, a possibilidade de parcerias estruturadas entre os grandes players brasileiros e chineses e a importância que os dois países têm dado à ideia dos Brics, que precisa deixar de ser retórica.

A China sabe olhar os seus interesses seculares como ninguém, de forma obcecada. Nossa sinergia e complementariedade são imensas. É hora de aproveitar o momento e estruturar uma parceria estratégica inteligente e de longo prazo entre os dois países.

Premiê chinês chega ao Brasil com pendências a resolver. Eliane Oliveira – O Globo, Economia. 18/05/2015

Em encontro com Dilma, Li Keqiang retomará acordos em aberto há quase um ano, como liberação das exportações de carne brasileira

BRASÍLIA - Prestes a anunciar a participação da China em 58 projetos industriais de infraestrutura e logística no Brasil, estimados em US\$ 53,3 bilhões, o primeiro-ministro chinês, Li Keqiang, desembarcará em Brasília, nesta segunda-feira, com pendências a resolver com a presidente Dilma Rousseff, que podem ser motivo de constrangimento

na reunião entre os dois, marcada para terça-feira de manhã. Alguns acordos bilaterais assinados há quase um ano, quando esteve aqui o presidente do país asiático, Xi Jinping, não saíram do papel. São exemplos a liberação das exportações brasileiras de carne bovina àquele país e a prometida compra de 60 aeronaves da Embraer. Para piorar, o governo brasileiro está incomodado com o atraso dos chineses na construção de uma linha de transmissão na usina hidrelétrica de Teles Pires, entre o Mato Grosso e o Pará.

Nos dois primeiros casos, há uma expectativa de solução para as pendências na próxima semana. Já está pronta uma minuta de acordo sanitário liberando as vendas de carne bovina in natura ao mercado chinês. As importações do Brasil estavam suspensas desde dezembro de 2012 e, mesmo com a garantia de Xi Jinping, continuam embargadas. E deve ser formalizada a venda do primeiro lote de 22 aviões às companhias chinesas Tianjin Airlines e ICBC.

A linha de transmissão construída pela Matrinchã Transmissora de Energia, que tem como sócia controladora a State Grid, deveria estar pronta desde o início do ano, para escoar a energia da hidrelétrica de Teles Pires, mas só entrará em operação em 31 de julho, segundo a previsão atual empresa. O atraso gerou desconforto no governo por existir uma usina de orçamento de quase R\$ 4 bilhões e capacidade de 1.820 Megawatts que já poderia gerar energia, mas que não consegue acender uma lâmpada sequer no sistema interligado, por falta de linhas de transmissão.

Diante do atraso, o governo solicitou à transmissora a criação de uma linha alternativa, mais curta, até Sinop (MT). Mas também essa linha auxiliar deveria ter ficado pronta em abril e está atrasada, causando grande irritação entre as maiores autoridades brasileiras do setor elétrico.

Procurada, a Matrinchã informou que o cronograma original “foi impactado por fatores alheios à responsabilidade da empresa, como a demora de avaliação pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) de sítios arqueológicos descobertos durante a construção; a localização errada do futuro lago da usina Sinop, apontado em estudo disponibilizado pela Empresa de Pesquisa Energética (EPE) por ocasião do leilão; e impedimentos fundiários extraordinários”.

SÓ EM ENERGIA, INVESTIMENTOS DE US\$ 32 BI

Por outro lado, os investimentos a serem anunciados no Brasil não poderiam vir em melhor momento, já que o dinheiro está curto, por causa do ajuste fiscal. Segundo uma fonte da área econômica do governo, os chineses estão interessados em 27 projetos de energia, no total de US\$ 32 bilhões; um projeto de mineração (US\$ 400 milhões); nove de infraestrutura, como rodovias, ferrovias, portos e aeroportos (US\$ 16 bilhões); e 21 de manufatura industrial, o que deve incluir siderurgia, autopeças e equipamentos de transporte (US\$ 4 bilhões).

O acordo terá como signatários, de um lado, o Ministério do Planejamento e, de outro, a chancelaria da China. Sua implementação será apoiada financeiramente por memorando de entendimento entre a Caixa Econômica Federal e o Banco Industrial e Comercial da China (ICBC).

Segundo o subsecretário-geral político do Ministério das Relações Exteriores, José Alfredo Graça Lima, deverão ser assinados 36 documentos durante a visita do premiê da China ao Brasil: oito acordos de cooperação, sendo quatro governamentais e quatro de natureza empresarial; três declarações e 25 outros atos. Sobre os projetos de investimentos, ele destacou que parte do total estimado é de empreendimentos novos.

— Alguns projetos estão em curso e outros estão sendo iniciados. Os investimentos abrangem áreas diversas, como beneficiamento de recursos naturais e a própria ferrovia transoceânica, que vai ligar os oceanos Atlântico ao Pacífico — disse Graça Lima.

Ele afirmou desconhecer possíveis exigências dos chineses em troca dos investimentos, como o uso de trabalhadores do país asiático para executar as obras, como acontece na África. Também não comentou o que o Brasil poderia pedir em troca da participação de empreiteiras da China nos projetos. Um exemplo seria a transferência ou o compartilhamento de tecnologias.

— O Brasil é um país grande, de dimensões continentais como a China, e surge como um parceiro importante, não apenas porque é fornecedor de commodities, mas também pelo fato de ter complementariedade econômica com a China — destacou Luiz Augusto de Castro Neves, ex-embaixador do Brasil em Pequim.

Segundo ele, investir em ferrovias é fundamental para os chineses, que querem baratear o custo do transporte de produtos de primeira necessidade que eles importam, como a soja.

— Nossa infraestrutura deixa muito a desejar e os chineses querem garantir que terão suprimentos — acrescentou Castro Neves.

PROBLEMAS SANITÁRIOS SÃO ENTRAVES

De acordo com o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), embora a China seja o principal parceiro comercial do Brasil, figurando na primeira posição tanto em exportações como em importações, o Brasil participa com apenas 1,7% do total do comércio da China. Em 2013, estávamos em 17º lugar entre os principais parceiros comerciais dos chineses.

Já um estudo da Confederação Nacional da Indústria (CNI), repassado ao GLOBO, seleciona oito itens como exemplos de produtos que poderiam agregar mais valor à pauta brasileira de exportações do agronegócio para a China: carnes suína, bovina e de frango; café torrado, em pó e essência; extratos e sucos de frutas; soja e óleo de soja; vinhos; couros e peles. Na indústria de transformação, os destaques são papel e celulose; produtos químicos; e máquinas e equipamentos médicos e hospitalares.

Os problemas sanitários são apontados como entraves às exportações de produtos agropecuários pela CNI, que defende acordos de reconhecimento recíprocos para permitir o comércio bilateral sem entraves. Outra aposta da entidade é no aumento do consumo chinês de produtos como refresco de laranja, um hábito local, o que abre oportunidade singular ao Brasil.

— O que sugerimos é adensar a pauta e agregar mais valor — explicou Diego Bonomo, gerente executivo de comércio exterior da CNI.

GIRO PELA AMÉRICA DO SUL

Li Keqiang desembarcará em Brasília na segunda-feira à noite para uma visita de Estado. Na terça-feira pela manhã, ele se reunirá com Dilma e, na parte da tarde, irá ao Congresso Nacional, onde se encontrará com os presidentes do Senado e da Câmara, Renan Calheiros (PMDB-AL) e Eduardo Cunha (PMDB-RJ). No fim do dia, o premiê seguirá para compromissos no Rio de Janeiro. O primeiro-ministro da China iniciará pelo Brasil um giro pela América do Sul. Na quarta-feira, ele viajará para Colômbia. Também estão previstos Peru e Chile no roteiro de Li Keqiang.

Brasil bate recorde de participação no comércio global agropecuário. Fernando Lopes – Valor Econômico, Agronegócios. 18/05/2015

SÃO PAULO - O Brasil alcançou uma participação recorde de 7,6% no comércio mundial de produtos agropecuários em 2013, conforme destaca a edição do ano passado do livro “Intercâmbio Comercial do Agronegócio”, publicado na semana passada pela Secretaria de Relações Internacionais do Ministério da Agricultura. No total, esse comércio movimentou US\$ 1,14 trilhão em 2013.

Em comunicado, o ministério destaca que entre 2004 e 2013 o comércio de produtos do setor aumentou 134,8%, enquanto as exportações brasileiras cresceram 205,5%.

EUA estudam restringir mais pesticidas para conter sumiço de abelhas. Bettina Barros – Valor Econômico, Agronegócios. 19/05/2015

SÃO PAULO - (Atualizada às 17h00) O governo americano não descarta a possibilidade de restringir ainda mais o uso de pesticidas no campo como forma de conter o desaparecimento maciço de abelhas. O “sumiço” desses polinizadores já provocou prejuízos milionários a algumas culturas agrícolas no país.

Em documento apresentado nesta manhã, a Casa Branca anunciou uma “Estratégia Nacional para Proteção da Saúde de Abelhas e Outros Polinizadores”, elaborada por uma força-tarefa em Washington que se debruçou sobre a devastação desses animais ocorrida na última década. Segundo o grupo, a EPA, agência de proteção ambiental americana, considera elevar as restrições ao uso de pesticidas na tentativa de reduzir a exposição dos insetos aos agroquímicos - fator considerado por alguns estudos como evidência por trás da morte de polinizadores.

Na semana passada, um relatório divulgado por criadores de abelhas apontou para uma guinada de 42% no desaparecimento de colméias entre abril de 2014 e deste ano. O sumiço foi mais alarmante porque ocorreu também no período de verão, o que sugere que outros fatores estão pressionando significativamente essas populações. Em geral, a mortandade de abelhas se dá no inverno, devido ao estresse climático.

Criado pelo presidente Barack Obama em junho passado com a intenção de investigar as causas desse desaparecimento, a força-tarefa delineou algumas metas federais. A principal delas pretende limitar a 15% o volume total de abelhas mortas durante os meses inverniais no intervalo de dez anos. "Os polinizadores, especialmente as abelhas, são responsáveis por uma em cada três dentadas em alimentos. O valor atribuído a

culturas dependentes de polinização foi estimado em US\$ 15 bilhões. A perda desses polinizadores, portanto, é uma ameaça à produção agrícola", diz o documento.

Os trabalhos de investigação e preservação de polinizadores receberam no orçamento do atual ano fiscal americano um montante de US\$ 82,5 milhões. O valor é US\$ 34 milhões superior ao destinado no ano anterior.

EUA exportam mais a países da América do Sul. Fernanda Pressinott – Valor Econômico, Agronegócios. 19/05/2015

As exportações americanas de produtos do agronegócio à América do Sul quase dobraram nos últimos quatro anos e alcançaram o recorde de US\$ 8 bilhões em 2014, segundo levantamento divulgado ontem pelo Departamento de Agricultura dos EUA (USDA). Na última década, o aumento das vendas superou 300%.

Esse crescimento é atribuído pelo USDA a fatores como os acordos de livre comércio firmados pelos EUA com países como Colômbia, Peru e Chile e também à redução das exportações da Argentina aos vizinhos. Os embarques aos países com os quais Washington estabeleceu acordos de livre comércio na região já representam 56% das vendas totais do agronegócio americano à América do Sul e 37% das importações setoriais sul-americanas.

A progressiva queda das exportações da Argentina a países vizinhos proporcionou que, pela primeira vez em duas décadas, os EUA superassem o país nas exportações de produtos do agronegócio à América do Sul. "As exportações argentinas caíram por três anos seguidos até 2014 e ficaram 15% menores que em 2011", diz o USDA.

O órgão também destaca que, no caso do comércio com o Brasil, o grande destaque é o trigo, cujas vendas americanas dispararam nos últimos anos, sobretudo por conta da política argentina que dificulta as vendas do cereal ao exterior. Já os embarques de produtos do agronegócio dos EUA para a Colômbia, outro importante parceiro da Argentina, aumentaram 120% por conta das restrições impostas pela Casa Rosada.

Infraestrutura brasileira tem muito a ganhar com visita do premiê chinês. Marcos Troyjo – Folha de São Paulo, Colunistas. 19/05/2015

O lote de capital posto à disposição do Brasil pela China durante a visita do premiê Li Keqiang é sem dúvida uma contribuição importante ao fortalecimento da infraestrutura no País.

Conjuntamente, o ajuste fiscal brasileiro restringe novos comprometimentos orçamentários e, mesmo antes da bagunça macroeconômica dos últimos anos, o Brasil já vinha com uma taxa média de investimento em torno de apenas 16% do PIB, nível bastante abaixo dos países emergentes mais dinâmicos.

Assim, capital chinês voltado à infraestrutura é muito bem-vindo. Com ele, a China aumenta seu papel como investidor no Brasil em ao menos três modalidades.

Existe o aporte direto de companhias chinesas que estão comprando grande número de ativos empresariais brasileiros. Este tem sido um exemplo bem comum em diferentes

elos da cadeia produtiva do agronegócio ou da energia, como enriquecimento de sementes ou painéis fotovoltaicos. Isso configura transferência de propriedade e, às vezes, desnacionalização, mas é um processo que geralmente vem acompanhado de novos investimentos na planta produtiva.

Há também o investimento do tipo "greenfield" em atividades essencialmente novas, como a montadora de veículos Chery, que se instala no Estado de São Paulo.

Disponibilizam-se igualmente recursos por parte de uma instituição de fomento chinesa como o Banco Industrial e Comercial da China (ICBC), que está criando um fundo de US\$ 50 bilhões acessível por meio de instituições brasileiras. É este tipo de aporte de capital que aparentemente se orientará para financiar uma linha ferroviária da costa brasileira no Atlântico até a costa peruana no Pacífico a fim de reduzir custos de exportações para a China, ou ainda viabilizar um empreendimento conjunto para produzir aço no Brasil.

Para a China, é estratégico garantir que a América Latina pode cumprir seu papel como provedora das commodities agrícolas e minerais de que os chineses tanto necessitam.

Com esse intuito, a China irrigará com pesados recursos a fraca infraestrutura desses países. Pequim dimensiona pragmaticamente seus interesses na região, ou seja, a América Latina é primordialmente fonte de matérias-primas e destino seguro para suas exportações de bens manufaturados.

A grande parte das contrapartidas exigidas vem na forma de abertura para acesso prioritário chinês a energia, mineração, transporte, agropecuária e outros setores-chave. O acordo-quadro firmado entre China e Argentina em março último ilustra bem o ponto.

Muitos acreditam que a estratégia chinesa de investimentos na América Latina não comporta muitas diferenças de país a país. Argumenta-se, por exemplo, que a China já vem mantendo esquemas semelhantes ao que se anuncia para o Brasil em países como Equador ou México. Não é bem assim. São casos muito diferentes do Brasil, seja por conta da escala, seja pelas especificidades do modelo de inserção de cada um desses países na economia global.

No caso do Equador, o país é essencialmente sustentado pela exploração de bens primários. Não se pode compará-lo com o Brasil, que apresenta uma ainda pujante força de empresariado industrial, apesar de desnacionalizado e cada vez menos competitivo. Nesse sentido, o Equador é muito mais vulnerável que o Brasil a uma redução do apetite da demanda chinesa por matérias-primas ou mesmo à queda generalizada do preço internacional das commodities nos últimos anos.

O Brasil ainda é a segunda maior economia emergente, menor apenas que a China, embora deva perder este posto para a Índia nos próximos anos.

Já no que diz respeito ao México as motivações do investimento chinês são diferentes. Na condição de membro do NAFTA (Acordo de Livre Comércio da América do Norte) e associado a tratados econômicos com a União Europeia em diferentes setores, o México tende a atrair capitais chineses que buscam acesso privilegiado a esses mercados mais maduros.

A expectativa dos chineses é a de que, ao instalarem plantas produtivas no México, suas exportações a partir deste país sejam tratadas como exportações mexicanas. A natureza do investimento chinês no Brasil é bem distinta, pois a maior parte do aporte de capital em empresas não visa fazer do Brasil uma grande plataforma de exportações, mas sobretudo focar-se na provisão ao mercado interno brasileiro.

Ainda assim, as relações econômicas Brasil-China mudam num certo sentido a partir da visita de Li Keqiang. A arremetida chinesa à condição de superpotência econômica deveu-se à irrepreensível implementação de um projeto de "nação comerciante".

Ao longo desse processo, havia um notável descompasso entre a hipertrofia comercial da China — atualmente a maior exportadora e importadora do mundo — e seu papel menos incisivo como grande fonte de investimentos estrangeiros diretos. Portanto, o Brasil passa agora a contar com a China também como ponto de partida de capital para investimentos.

Já da perspectiva da composição orgânica do comércio bilateral (exportações brasileiras de produtos primários vs. exportações chinesas de bens de maior valor agregado), não haverá muitas mudanças.

Há também um preço a pagar com esta parceria. O Brasil amplia sua filiação internacional à economia chinesa e afasta-se proporcionalmente dos tradicionais centros provedores de liquidez e IEDs. E, no limite, vê seu papel como centro irradiador de poder na América Latina diminuído ante o avanço da influência chinesa.

CEO da Monsanto defende fusão com Syngenta em discurso para analistas. Fernanda Pressinott – Valor Econômico, Agronegócios. 20/05/2015

SÃO PAULO - Em encontro com analistas nesta manhã, o presidente e CEO da Monsanto, Brett Begemann, vai defender a incorporação da Syngenta. O discurso que será apresentado aos analistas do BMO Capital Markets, em um fórum anual em Nova York, dirá que a união das duas companhias aumentaria a escala de atendimento aos produtores de todos os portes.

O discurso, que foi distribuído à imprensa, também diz que os maiores cientistas do setor de biotecnologia e proteção às culturas trabalhariam juntos “aumentando o desenvolvimento de soluções para o setor”.

“Sabendo que não há uma única maneira de atender cada agricultor, a nova empresa também seria capaz de otimizar e melhorar uma gama de produtos hoje em carteiras separadas. Ao adicionar o portfólio da Syngenta de proteção às culturas com as soluções líderes de sementes da Monsanto, a empresa seria capaz de criar novo valor para os agricultores”, afirma o discurso.

Begemann também diz que um conjunto de assessores financeiros está se dedicando para resolver questões regulatórias em caso de uma fusão.

Com entraves ambiental e de engenharia, obra de ferrovia é vista com ceticismo. Danielle Nogueira – O Globo, Economia. 21/05/2015

RIO - Especialistas veem a ligação ferroviária entre Brasil e Peru com ceticismo devido, principalmente, ao desafio de engenharia que o projeto representa. E temem que a obra nunca saia do papel, a exemplo do que ocorreu com outros projetos de integração regional, como o grande gasoduto que uniria Venezuela, Brasil e Argentina.

Para cruzar o cerrado brasileiro, onde se concentra o agronegócio, e chegar ao litoral peruano, a ferrovia terá de atravessar regiões de pântano, floresta tropical e os Andes. Na avaliação de Renato Pavan, da consultoria Macrologística, esses obstáculos naturais elevam o custo do transporte.

Pavan comparou o custo de exportar uma tonelada de soja do Mato Grosso até os portos chineses por diferentes caminhos. Concluiu que a soja transportada por ferrovia até o Peru e de lá para a China teria o mais elevado custo logístico: R\$ 325 por tonelada. A opção mais barata (R\$ 135/tonelada) seria levar o grão até Vila do Conde (PA) e de lá para a China, via Canal do Panamá.

— A ferrovia para o Peru não tem a menor possibilidade de vingar — diz Pavan.

Presidente da sessão ferroviária da Confederação Nacional do Transporte (CNT), Rodrigo Villaça, também considera o escoamento pelo Pará como melhor opção. Para ele, a ferrovia deveria passar por Tocantins até o litoral paraense, seguindo via Canal do Panamá ou da Nicarágua (projeto chinês) até a China.

Elaborar um plano executivo de engenharia é fundamental para tirar a ferrovia do papel. O custo foi estimado em US\$ 10 bilhões.

— Não faz sentido falar em orçamento agora. É preciso realizar um plano executivo de engenharia com uma análise econômico-financeira do projeto. O estudo pode custar R\$ 1 bilhão — avalia Paulo Fleury, presidente do Instituto de Logística e Supply Chain (Ilos)

Já Paulo Resende, coordenador do Núcleo de Logística da Fundação Dom Cabral, avalia que seria viável construir a ferrovia por R\$ 30 bilhões, podendo chegar a R\$ 40 bilhões. Mas faz ressalvas:

— O projeto executivo é fundamental. Os chineses trabalham com planejamento de longo prazo. O trecho de Rondônia ao Peru passa por áreas com entraves ambientais, com floresta amazônica e terras indígenas, o que pode atrasar a obra. Já a travessia dos Andes pode demandar a construção de túneis e viadutos, o que onera o projeto.

Ferrovia até o Peru é recebida com ceticismo por tradings. Bettina Barros – Valor Econômico, Agronegócios. 21/05/2015

Alardeada pela presidente Dilma como um dos principais acordos fechados com a China nesta semana, a construção de uma ferrovia transoceânica ligando o Brasil ao Peru foi recebida com ceticismo pelo agronegócio brasileiro.

"Nunca vai sair" e "se sair não tem como ser bancada por commodities agrícolas" foi a maneira escolhida por um alto executivo de uma trading para se referir à obra. "Não conseguimos [fazer] nem o Ferroanel de São Paulo" foi outra provocação de um presidente de uma companhia da área de logística, referindo-se à burocracia e entraves ambientais. Em um café-da-manhã que reuniu CEOs de grupos ligados ao setor ontem, em São Paulo, o tom de descrença era o mesmo: a ferrovia seria um projeto "faraônico" com um custo operacional que possivelmente compensaria "dar a volta no continente" para levar soja à China.

O escoamento da produção brasileira de grãos para a Ásia através de uma rota com saída direta para o Pacífico é uma proposta federal antiga - já havia sido aventada no governo Lula -, mas nunca foi um pleito do agronegócio. Para o setor, há opções melhores e consideradas mais realistas do ponto de vista de execução.

Nos últimos dois anos, a principal aposta tem sido no chamado "Arco Norte" do país. Todos os grandes "players" - sobretudo as tradings multinacionais - se posicionaram às margens do Tapajós e do Madeira para impulsionar o transbordo de cargas dos caminhões para os rios amazônicos. A decisão não foi aleatória: os portos do Sul e do Sudeste são congestionados e distantes dos polos de originação no Centro-Oeste. Pelo Norte, o transporte para a Ásia custa cerca de 35% menos.

Com investimentos totais bilionários sendo injetados nesses corredores fluviais, concessões na região de novos terminais portuários e ainda uma ampliação significativa em curso no Canal do Panamá, as empresas do agronegócio não enxergam ainda motivos para olhar com expectativas a ferrovia até o Peru.

Cálculos do Movimento Pró-Logística, que reúne associações de agricultura e pecuária, mostram que a opção hidroviária continuaria sendo mais atrativa economicamente. Segundo a entidade, o percurso pela hidrovia do Madeira-Amazonas de Porto Velho (RO) a Vila do Conde (PA) - de 2.527 km - tem frete estimado hoje de R\$ 151,52 por tonelada. Do mesmo ponto de partida, mas com 2.256 km de extensão, o frete estimado por ferrovia seria de R\$ 234,58 por tonelada movimentada até o porto peruano de Bayovar. "Tradicionalmente, no mundo, o transporte por hidrovia é 53% mais barato que por ferrovia", observa Edeon Vaz, do Movimento Pró-Logística.

No acordo entre o governo brasileiro e Pequim, caberá à China realizar o estudo de viabilidade da ferrovia. Por esse motivo, ainda não está definido o trajeto exato por onde os trilhos passariam. De qualquer forma, alguns projetos de percursos esboçam um eixo que sai do porto de Açu, no Rio, passando por Minas Gerais, Distrito Federal, Goiás, Mato Grosso, Rondônia e Acre até chegar ao Peru. No meio do caminho estão os Andes, o que exigiria um esforço logístico de construção e de manutenção de trens pesados de soja. Outra incógnita é a viabilidade de tirar do papel um projeto que envolve Estados e que passará por florestas e terras com titularidade duvidosa.

Bruno Serapião, presidente da Hidrovias do Brasil, empresa de logística fluvial controlada pelo P2, vê com bons olhos a chegada de capital externo para obras de infraestrutura no país. Mas diz que não será um projeto fácil. Ex-executivo da ALL, Serapião relata as dificuldades enfrentadas em sua gestão para levar cargas da Argentina para o Chile através da cordilheira dos Andes. A carga seguia de Buenos Aires a

Mendoza de trem, onde era transbordada para caminhões que subiam e atravessavam os Andes até os portos do Chile. "A neve muitas vezes fechava a rodovia por até 30 dias", lembra o executivo.

CNA participou da decisão do Governo de suspender a autorização para importação de café do Peru – Site da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA). 21/05/2015

A suspensão da autorização oficial para a importação de café arábica do Peru, devido aos perigos fitossanitários, especialmente em relação às culturas do cacau e do cupuaçu, teve participação decisiva da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), por meio de estudo técnico elaborado pela Comissão Nacional do Café enviado à Secretaria de Defesa Agropecuária (SDA) do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). A suspensão da autorização para importar café do Peru foi publicada na edição desta quinta-feira (21) no Diário Oficial da União.

A análise da CNA mostrou que o café pode ser o principal veículo para disseminação do fungo *Moniliophthora roreri*, causador da monilíase do cacau, doença que ataca as culturas do cacau e cupuaçu, existente na maioria das regiões produtoras de café do Peru. Os produtores de café, cacau e cupuaçu se mostraram aliviados com a publicação da Resolução nº 03, do Departamento de Sanidade Vegetal do MAPA, suspendendo a autorização para se importar café do Peru, devido ao risco de doenças e pragas que o produto peruano traria para o Brasil.

A suspensão vale até que a Organização Nacional de Proteção Fitossanitária do Peru (ONPF) apresente ao governo brasileiro um plano de trabalho consistente, a ser aprovado pela Defesa Sanitária brasileira. O documento das autoridades peruanas terá de conter informações sobre a produção, pragas e tratamentos fitossanitários adotados por aquele país, bem como medidas de mitigação de risco de envio de pragas no comércio internacional do café.

A Comissão Nacional de Fruticultura da CNA e a Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira (Ceplac) também tiveram participação importante no processo que culminou com a suspensão da autorização de se importar café peruano.

Elevado risco fitossanitário - O estudo da CNA destaca três pontos fundamentais que embasam a preocupação dos produtores brasileiros em relação à autorização anterior de se importar café do Peru. O primeiro deles é o elevado risco fitossanitário às culturas do cacau, café e cupuaçu devido à existência em terras peruanas da praga monília e de outras doenças ainda não existentes no Brasil.

De acordo com o Plano de Contingência de *Moniliophthora roreri*, instituído pelo MAPA por meio da Instrução Normativa nº 13/2012, a disseminação do fungo de uma área infectada para área não infectada ocorre principalmente pelo transporte de frutos infectados, material vegetativo e embalagens contendo esporos do fungo, como a sacaria de café, por exemplo. A disseminação natural dos esporos ocorre pelo vento, cursos de água, insetos, animais silvestres, dentre outros fatores.

O Brasil ainda permanece como área livre de *M. royeri*, mas caso a mesma se instale no país, poderá provocar profundos desequilíbrios em ambientes agrícolas, urbanos e naturais. Tal cenário traria ainda outras consequências negativas como o desemprego, queda na renda do produtor rural e desmatamentos, levando-se em conta o caráter conservacionista da cultura do cacau.

Processo lento - Além disso, o processo de registro de moléculas para o controle fitossanitário é burocrático e demorado, impedindo o controle imediato de pragas e doenças, no Brasil. Existe ainda a preocupação dos produtores brasileiros com o fato de o Peru ainda não dispor, no geral, de práticas capazes de garantir sustentabilidade ambiental e social, como as empregadas no Brasil.

Acordos entre China e Brasil têm efeito prático em apenas 4 setores. Dimmi Amora e Flávia Foreque – Folha de São Paulo, Mercado. 21/05/2015

Os acordos assinados entre o Brasil e a China nesta semana têm efeitos práticos nas áreas de aviação, petróleo, mineração e agronegócio.

Para os demais setores em que houve entendimento entre os países, os acordos ainda precisam percorrer um longo caminho para terem efeitos reais, principalmente o que abre linha de crédito de US\$ 53 bilhões para obras de infraestrutura no Brasil.

Em 14 dos 35 acordos, o Brasil conseguiu assegurar recursos chineses para a compra de aviões da Embraer e navios da Vale. E também um compromisso mais firme dos asiáticos de abrir seus mercados para a carne brasileira.

Ainda foram abertas linhas de financiamento para a Petrobras e a Vale fazerem investimentos nos próximos anos que somam US\$ 11 bilhões. Com esses acordos, a China garante suprimentos de matéria-prima —alimentos, minério e petróleo— que ela não consegue produzir.

Há um outro grupo de acordos que está mais para o campo das boas intenções. Os chineses estariam dispostos a emprestar US\$ 53 bilhões para obras no país. Mas o que foi de fato assinado é um acordo sem valores em que os dois governos se comprometem a criar um comitê para avaliar prioridades em conjunto.

Nesse tipo de acordo, quem empresta exige condições que nem sempre são favoráveis, o que pode levar quem recebe a não pegar o dinheiro.

FERROVIA

Outro acordo pouco crível é o que trata dos primeiros passos para a construção de uma ferrovia ligando o Pacífico ao Atlântico passando por Brasil e Peru.

O que foi assinado é um acordo para que os países estudem, até maio de 2016, a viabilidade do projeto. Depois disso é que se poderá ter a real ideia de quanto custaria e se isso é viável.

Os dois acordos apontam para uma estratégia chinesa de levar seu antigo modelo de desenvolvimento, o investimento pesado em infraestrutura, para outros países.

DE TUDO UM POUCO

Convênios entre Brasil e China vão de incentivo ao badminton à cooperação em astronomia:

Esporte

A China quer ajudar a desenvolver a prática de badminton e tênis de mesa no país do futebol. O convênio assinado com o Brasil prevê intercâmbio de atletas

Astronomia

Acordo de colaboração Científica entre o Observatório Nacional (ON) e o Observatório Astronômico de Xangai (SHAO)

Defesa

Ministério da Defesa fez acordo para troca de experiências nas áreas de telecomunicações entre outras

Energia nuclear

A Eletronuclear e as empresas chinesas do setor prometem colaborar entre si para desenvolvimento de tecnologias

Educação

Treinamento de bolsistas do Ciência Sem Fronteiras em tecnologia da informação

Bovespa

Acordo com a Bovespa para desenvolvimento do mercado de capitais

Telefonia

Quatro acordos entre empresas brasileiras e chinesas para a compra de equipamentos e transferência de tecnologia no setor foram assinados.

Energia

Acordo entre a Apex e a empresa BYD para desenvolvimento de painéis solares fotovoltaicos

Sipam

A Odebrecht e empresas chinesas firmaram acordo para um projeto de atualização do Sipam (Sistema de Proteção da Amazônia)

Clima

Declaração conjunta sobre mudanças climáticas dos dois países, sem compromissos práticos e metas

O Brasil e a China no século XXI: nova parceria ou nova dependência? O Estado de São Paulo, Geral. 22/05/2015

Artigo publicado originalmente no Estadão Noite

Nesta semana, o Brasil e a China vivem dias intensos. O anúncio de um plano de investimentos de cerca de U\$ 53 bilhões de dólares pelo primeiro-ministro Li Keqiang demonstrou a intensidade crescente da presença chinesa no País. Poucos são os que deixaram de se impressionar pelo anúncio da construção ferroviária transoceânica, ligando o Atlântico ao Pacífico, e que representaria um marco no processo de integração transcontinental.

Os investimentos anunciados correspondem a diversos setores-chave para o desenvolvimento da região: energético (fontes alternativas e petróleo), agronegócio (liberação de compra de carne bovina e aprofundamento dos negócios em andamento), mineração (parceria com a Vale), aviação com foco na aquisição de produtos da Embraer e cooperação na área tecnológica, mantendo a agenda de construção de satélites de monitoramento e ações na área de telecomunicações. As iniciativas se somam a outras em andamento no mercado automotivo e na arena de tecnologia.

Mais do que listar projetos, ou iniciar críticas fáceis como as apresentadas sobre a ferrovia por seus impactos e inviabilidade (sem estudos amparando essas afirmações), é preciso entender as manifestações chinesas como um processo de continuidade e quebra nas relações bilaterais. Continuidade para laços com o parceiro tradicional e que bilateralmente e via Brics cresceu em importância, e ruptura no que se refere aos riscos envolvidos em qualquer acordo entre potências.

Ainda que a expansão global chinesa não venha atrelada a pressões, mas sim a um projeto de crescimento conjunto, sintetizado no lema diplomático "desenvolvimento harmonioso", a forma como esse desenvolvimento será aproveitado depende principalmente do país que recebe os investimentos. Para o Brasil, os impactos de curto prazo da entrada de capital chinês são positivos em um momento no qual o governo se encontra em posição política defensiva e pressionado pelo ajuste fiscal. Com isso, será possível a manutenção de projetos de infraestrutura, reduzindo o risco de uma recessão mais profunda. Mas só isso não será suficiente sem metas de crescimento e geração de emprego. As implicações de médio e longo prazo são mais complexas: é necessário uma visão pragmática.

Quase nada se discute sobre como a parceria afeta a posição do País no mundo, na América do Sul e os projetos de integração. Não é só o Brasil que entra nos "pacotes" chineses, mas outras nações como Peru, Bolívia, Equador e Argentina, o que pode enfraquecer compromissos políticos. Não deixa de ser contraditório constatar que o Brasil talvez não cumpra seus compromissos com o Banco dos Brics, mas que irá receber recursos da China e do Banco de Desenvolvimento Asiático. A hipótese de que as relações bilaterais com a China apresentam menor nível de subordinação do que as com os Estados Unidos é parcialmente verdadeira. É fato que a China se preocupa mais com o crescimento econômico na cooperação Sul-Sul, até como instrumento de fortalecimento e manutenção de seus mercados do que os norte-americanos. Contudo, esse é um processo recente, cujos efeitos não são conhecidos.

Para lições do que pode ocorrer, é preciso observar as interações África-China, centralizadas desde 2000 no Fórum de Cooperação China-África (FOCAC). A face da África se transformou, só que problemas sociais e estruturais demandam esforços políticos e econômicos. Não basta construir uma obra de infraestrutura se as condições internas não mudam. A correção da desigualdade e a estabilidade dependem menos da China do que dos parceiros, que podem perder oportunidades de barganha e espaços geopolíticos. Na América Latina, a ofensiva chinesa vem desde 2004, não é de agora. A diferença é que hoje se tornou mais visível e mais intensa.

China e Estados Unidos (ou G-2) oferecem duas coisas, em diferentes proporções, ao competirem geopolítica e geoeconomicamente no mundo: discurso positivo e recursos. Dentre estes, a realidade nos faz pender aos investimentos, até por necessidade. Se isso é nova parceria ou nova dependência, caberá ao Brasil definir. Sem essa visão, coloca-se em xeque uma projeção internacional que o País tem, e pode ampliar. Qualquer iniciativa de cooperação deve ser uma escolha estratégica brasileira e não uma saída por falta de opção.

** Cristina Soreanu Pecequilo é professora de Relações Internacionais da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP) e autora de 'Os Estados Unidos e o Século XXI' e 'A União Europeia'*

Ministra defende livre comércio entre Mercosul e União Europeia – Site do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). 27/05/2015

Kátia Abreu se reuniu com o Comissário Europeu para a Agricultura para falar sobre o acordo

Em reunião nesta quarta-feira (27) com o Comissário Europeu para Agricultura e Desenvolvimento Rural, Phil Hogan, a ministra Kátia Abreu (Agricultura, Pecuária e Abastecimento) defendeu o acordo de livre comércio entre a União Europeia e o Mercosul.

A ministra disse que está “otimista” e que espera “avanços” com a possível visita que a presidente Dilma Rousseff deverá fazer a Bruxelas nos próximos meses. Phil Hogan, por sua vez, afirmou que o futuro acordo de livre comércio é “prioritário” para o bloco europeu.

O comissário pediu a desburocratização dos processos por parte do Ministério da Agricultura. “Eu farei a nossa parte com agilidade para no futuro termos um acordo de livre comércio. O protecionismo só traz a dependência e o atraso para os setores econômicos. Livre comércio pode trazer pequenas perdas, mas traz muitos ganhos”, afirmou Kátia Abreu.

Entre as prioridades do governo brasileiro, está a redução da tarifa do açúcar, abertura do mercado europeu para a carne suína, melhores condições para exportação de frutas e habilitação dos estados de Rondônia e Tocantins e do Distrito Federal a exportar carne bovina.

Já a União Europeia, de acordo com o comissário, tem interesse em vender para o Brasil lácteos, pera, vinho, uísque e pêssago em calda, além de retomar as exportações de carne bovina.

Kátia Abreu ponderou que o Brasil tem 1 milhão de produtores familiares de leite e que a importação de lácteos é um tema “sensível” ao país. A quantidade produzida cresce 5% ao ano, mas o consumo, apenas 2%. Além disso, somente 1% de toda a produção é exportada.

Coordenador
Sergio Leite

Pesquisadores

Ademir A. Cazella, Andrey Cordeiro Ferreira,
Armando Fornazier, Catia Grisa, Claudia Job Schmitt,
Fábio Luiz Búrigo, Georges Flexor, Jorge Romano,
Karina Kato, Lauro Mattei, Leonilde Medeiros,
Nelson Delgado, Philippe Bonnal, Renato S. Maluf,
Silvia Zimmermann, Valdemar João Wesz Junior

Assistentes de Pesquisa
José Renato S. Porto

Secretária
Diva de Faria

op
pa **Observatório de Políticas**
Públicas para a Agricultura

cpda **Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais**
em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade
UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Endereço: Av. Presidente Vargas, 417 / 8º andar
Centro Rio de Janeiro - RJ CEP 20071-003

Telefone: 21 2224 8577 - r. 214

Fax: 21 2224 8577 - r. 217

Correio eletrônico: oppa@ufrj.br

Sítio eletrônico: www.ufrj.br/cpda/oppa